



**CONTRATO Nº 005/2025 - PMPA**

**PAE nº E-2025/2049560**

**RESUMO**

**CONTRATANTE**

Estado do Pará | Polícia Militar do Estado do Pará (UASG: 925809)  
por intermédio da Diretoria de Licitação - DL, CNPJ nº  
05.054.994/0001-42.



**CONTRATADO**

JLZ Suprimentos Eireli.  
CNPJ nº: 33.822.326/0001-53

**OBJETO**

Aquisição de equipamentos eletrônicos, a fim de viabilizar o  
funcionamento das atividades acadêmicas dos Cursos de Formação  
de Oficiais e de Praças da PMPA.



**ENTREGA**

*Forma* Em parcela única.  
*Prazo* **30 dias corridos** após a emissão da nota de empenho.



*Local*

**Almoxarifado Central da PMPA**, na Av. Dr. Freitas nº 2531,  
Bairro do Marco - Belém/PA - CEP: 66.087-810, fone: (91)  
3226- 7278 - fax (91) 3226-9810. Nos dias e horários do  
expediente da PMPA, sendo nas 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª feiras de  
09h às 16h.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO  
CENTRO DE COMPRAS E CONTRATOS — CCC



**VALOR TOTAL**

R\$ 11.880,00 (onze mil oitocentos e oitenta reais)

**REAJUSTE**

*Índice*       IPCA                       INPC       INCC       IGPM

*Período*                      A cada **12 meses**, a contar de 27/09/2024 (data do orçamento estimado).



**PAGAMENTO**

*Forma*                      Ordem bancária.

*Prazo*                      **30 dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

**FISCALIZAÇÃO**

O fiscal do contrato é o servidor **SUB TEN QOPM JOSE MARIA DA COSTA MALCHER**, RG: 12766, CPF nº 131.080.262-91, matrícula nº 500158701, lotado no ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR "CEL FONTOURA".



**VIGÊNCIA**

*Prazo*                      **12 meses.**





## CLÁUSULAS CONTRATUAIS

### CLÁUSULA 1 -PARTES

Este contrato tem como PARTES:

**CONTRATANTE** O ESTADO DO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, através da POLÍCIA MILITAR DO PARÁ, sediada na Rodovia Augusto Montenegro, Km 9, N° 8401, CEP: 66.821.000, bairro Parque Guajará, Distrito de Icoaraci, Belém/PA, CNPJ 05.054.994/0001-42, neste ato representada por seu Comandante Geral, CEL QOPM JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR.

**CONTRATADO** **JLZ Suprimentos Eireli**, CNPJ nº 33.822.326/0001-53, com sede na Rua Barão do Triunfo, nº 464 Sobreloja CEP: 04.602-001 São Paulo – SP, telefone: (11) 9 8281-2379, e-mail: [jlzsuprimentos@gmail.com](mailto:jlzsuprimentos@gmail.com), neste ato representado por **JOSÉ AGUINALDO LUZ**, RG nº 126983525 SSP, CPF nº 038.886.958-56, com domicílio na RUA MARCIA PIERRONI, Nº 38 - APTO 23 - ITU NOVO CENTRO, município Itu / São Paulo, CEP 13.303-525.

### CLÁUSULA 2 - FUNDAMENTO LEGAL

O presente contrato é oriundo do **Pregão Eletrônico nº 021/2024** constante no PAE nº 2023/1448005, e regido pela Lei Federal nº 14.133/21 e a Lei Complementar nº 123/2006.

### CLÁUSULA 3 - OBJETO

**3.1** O objeto da contratação é a aquisição de equipamentos eletrônicos, a fim de viabilizar o funcionamento das atividades acadêmicas dos Cursos de Formação de Oficiais e de Praças da PMPA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

**3.2** Este instrumento se vincula ao edital licitatório citado na Cláusula 2, à proposta do licitante vencedor e aos anexos desses documentos.

**3.3** O bens contratados são os seguintes itens descritos no Termo de Referência:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO  
**CENTRO DE COMPRAS E CONTRATOS — CCC**



Item	Descrição	Marca / Modelo	Qtd	Valor Unit.	Valor total
22	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL	LEXMARK CX532ADWE	03	R\$ 3.960,00	R\$ 11.880,00
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 11.880,00</b>

#### CLÁUSULA 4 - ENTREGA DOS BENS

As condições de entrega e recebimento dos bens adquiridos são aquelas previstas no Termo de Referência.

#### CLÁUSULA 5 - PREÇO

O valor global do contrato é **R\$ 11.880,00 (Onze mil oitocentos e oitenta reais)** e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão *inclusas* neste preço, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.

#### CLÁUSULA 6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado do Pará, para o exercício de **2025**, na classificação abaixo:

**Gestão/Unidade** 26101 - Polícia Militar do Estado do Pará;  
**Fonte** 01500000001 (Recursos Ordinários);  
**Programa de Trabalho** 1510 – Segurança Pública e Defesa Social;  
**Elemento de Despesa** 44.90.52 - Equipamento e Material Permanente.  
**Plano Interno** 1030008833E



## CLÁUSULA 7 - REAJUSTE

---

- 7.1** O contrato será reajustado pelo **IPCA**.
- 7.2** É devido reajuste contratual apenas a cada **12 meses**, a contar de **27/09/2024**.
- 7.3** O reajuste se *restringirá* ao valor do *saldo contratual* existente na data em que aquele for devido.
- 7.4** O reajuste será realizado *de ofício* pelo CONTRATANTE mediante a aplicação do índice de correção monetária mencionado na Cláusula 7.1 na base de cálculo do item 7.3.
- 7.5** O reajuste será automático e independerá de requerimento do CONTRATADO.
- 7.6** O reajuste será realizado por *simples apostila*.
- 7.7** No caso de atraso ou não divulgação do índice do item 7.1, o CONTRATANTE utilizará a sua última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 7.8** Caso o índice do item 7.1 venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, as PARTES elegerão novo índice, fixando-o por meio de termo aditivo.
- 7.9** Não será devido reajuste quando o atraso na entrega do bem for atribuível ao CONTRATADO.

## CLÁUSULA 8 - PAGAMENTO

---

- 8.1** O pagamento será realizado em **30 dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.
- 8.2** O pagamento será efetuado por ordem bancária para conta de titularidade da CONTRATADO, cujos dados são:

<b>Banco</b>	001
<b>Agência</b>	1740-X
<b>Conta</b>	28.651-6

- 8.3** Havendo erro na apresentação da nota fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO adote as medidas para saneamento das pendências.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO  
**CENTRO DE COMPRAS E CONTRATOS — CCC**



**8.4** Na hipótese do item 8.3, o prazo para pagamento começará a correr depois da comprovação da regularização da pendência, sem ônus à CONTRATANTE.

**8.5** A data do efetivo pagamento será considerada aquela que constar da ordem bancária emitida para quitação da nota fiscal ou fatura.

**8.6** A regularidade fiscal do CONTRATADO deve ser verificada pelo CONTRATANTE por ocasião do pagamento por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso a ele, devem ser consultados sítios eletrônicos oficiais ou, ainda, ser solicitada a documentação física listada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

**8.7** A constatação de irregularidade fiscal do CONTRATADO não impede o pagamento do que foi executado, mas constitui falta contratual, a ser sancionada em procedimento de inexecução contratual.

**8.8** Antes da instauração do procedimento de inexecução contratual a que faz menção o item 8.7, o CONTRATADO deve ser notificado para regularizar a pendência no prazo de **5 dias úteis**. Não sendo regularizada, deve-se instaurar o procedimento de inexecução contratual, ofertando contraditório e ampla defesa ao CONTRATADO.

**8.9** A instauração do procedimento de inexecução contratual não impede o pagamento dos bens que já foram entregues.

**8.10** Diante da gravidade do caso concreto e para proteger o Erário e o interesse público, a autoridade competente pode decidir pela suspensão do contrato, ocasião em que somente serão pagos os bens já entregues.

**8.11** Caso ao final do procedimento a que faz menção a parte final do item 8.8 a autoridade decida pela rescisão contratual, o pagamento será sustado automaticamente.

**8.12** A inadimplência do CONTRATADO junto ao SICAF é causa de rescisão contratual, exceto se a autoridade máxima do CONTRATANTE justificar a necessidade de manutenção do contrato por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância.

**8.13** O CONTRATANTE efetuará a retenção tributária prevista na legislação aplicável por ocasião do pagamento.

**8.14** O CONTRATADO optante do Simples Nacional não sofrerá retenção tributária em relação aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à



comprovação, por documento oficial, de que o CONTRATADO é beneficiário do tratamento tributário previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06.

## CLÁUSULA 9 - GARANTIA DE CUMPRIMENTO CONTRATUAL

---

**9.1** Não há exigência de prestação de garantia de cumprimento deste contrato.

## CLÁUSULA 10 - OBRIGAÇÃO DAS PARTES

---

**10.1** O CONTRATANTE tem a obrigação de:

- a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com este contrato, Termo de Referência e anexos.
- b. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- c. Notificar o CONTRATADO sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido para que ele seja substituído, reparado ou corrigido às suas expensas.
- d. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações do CONTRATADO.
- e. Efetuar o pagamento do objeto fornecido no prazo, forma e condições aqui estabelecidos.
- f. Aplicar ao CONTRATADO as sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato.
- g. Decidir sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos meramente protelatórios, manifestamente impertinentes ou de nenhum interesse à boa execução do ajuste.

**10.2** O CONTRATADO tem a obrigação de:

- a. Entregar o objeto no prazo constante no Termo de Referência, acompanhado do manual do usuário com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- b. Aceitar acréscimos ou supressões unilaterais impostos pelo CONTRATANTE de até **25%** do valor atualizado do contrato, nas mesmas condições pactuadas inicialmente.
- c. Responsabilizar-se pelos vícios e danos do objeto, nos termos dos arts. 12, 13 e 17 a 27, da Lei Federal nº 8.078/90.
- d. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo de até **24 horas** antes da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.



**CENTRO DE COMPRAS E CONTRATOS — CCC**

- e. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados.
- f. No prazo fixado pelo fiscal do contrato, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual ou dos materiais empregados.
- g. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do cumprimento deste contrato e de todo dano causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, cuja responsabilidade não será reduzida pela fiscalização ou acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, o qual ficará autorizado a descontar o valor dos danos sofridos dos pagamentos devidos ou da garantia.
- h. Na hipótese do item 8.6, parte final, quando solicitado o CONTRATADO deverá entregar ao CONTRATANTE os seguintes documentos:
  - 1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.
  - 2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
  - 3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do CONTRATADO.
  - 4. Certidão de Regularidade do FGTS.
  - 5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
  - 6. Nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato.
- i. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.
- j. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de **24 horas**, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- k. Manter durante a vigência do contrato todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação, na contratação direta.
- l. Cumprir durante todo o período de execução do contrato a reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social, aprendiz e outras reservas de cargos previstas na legislação.





- m. Comprovar o cumprimento da alínea acima no prazo fixado pelo fiscal do contrato, indicando os empregados que preencheram as referidas vagas.
- n. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos do art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133/21.
- o. Cumprir as normas de segurança do CONTRATANTE, além da legislação vigente em âmbito federal, estadual e municipal.

## CLÁUSULA 11 - RESPONSABILIDADE POR DANOS

**11.1** A responsabilidade pelos danos causados por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente do CONTRATADO.

**11.2** A responsabilidade pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros é exclusivamente sua.

**11.3** O CONTRATANTE não responderá pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qualquer dano causado por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## CLÁUSULA 12 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**12.1** Constituem infrações administrativas do CONTRATADO a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
a. Dar causa à inexecução parcial do contrato.	<b>Advertência*</b> * Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de "Impedimento de licitar e contratar".
b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao	<b>Impedimento de licitar e contratar*</b> * Exceto quando se justificar a imposição de penalidade



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO  
**CENTRO DE COMPRAS E CONTRATOS — CCC**



- interesse coletivo.
- c. Dar causa à inexecução total do contrato.
  - d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
  - e. Deixar de manter sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
  - f. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
  - g. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.
  - h. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
  - i. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
  - j. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.
  - k. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “*Declaração de inidoneidade para licitar e contratar*”.

**Declaração de inidoneidade  
para licitar e contratar**

**12.2** O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal nº 14.133/21.

**12.3** A aplicação das sanções previstas neste contrato *não exclui* a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

**12.4** As sanções podem ser *cumuladas* com as seguintes multas:

**Multa**

**Moratória**

**Compensatória**

**0,5%** sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de **30 dias corridos**.

**10%** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do seu objeto.

**0,5%** sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado até o limite de **30 dias corridos** pela



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO  
**CENTRO DE COMPRAS E CONTRATOS — CCC**



inobservância do prazo fixado para apresentação,  
suplementação ou reposição da garantia.

**12.5** Antes da aplicação das sanções, o CONTRATADO será notificado para apresentar defesa no prazo de **15 dias úteis**, contado de sua intimação.

**12.6** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido ao CONTRATADO, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será cobrada judicialmente.

**12.7** Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até **15 dias úteis**, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

**12.8** A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando o *rito especial* previsto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.9** A aplicação das sanções deve observar:

- a. A natureza e gravidade da infração.
- b. As peculiaridades do caso.
- c. As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.
- d. Os danos causados ao CONTRATANTE.
- e. A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.10** As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.

**12.11** A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO  
**CENTRO DE COMPRAS E CONTRATOS — CCC**



coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**12.12** No prazo de **15 dias úteis**, a contar da data de aplicação da sanção, o CONTRATANTE informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**12.13** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

### **CLÁUSULA 13 - ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

---

**13.1** As alterações contratuais serão disciplinadas pelo art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

**13.2** Caso haja interesse público, o CONTRATANTE pode alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até **25%** do valor atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente.

**13.3** As PARTES podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% do valor inicial atualizado do contrato.

**13.4** Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação.

**13.5** Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por *simples apostila*, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

### **CLÁUSULA 14 - EXTINÇÃO DO CONTRATO**

---

**14.1** O contrato se extingue quando todas as obrigações de ambas as PARTES forem cumpridas, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

**14.2** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que o CONTRATANTE deverá providenciar a readequação do cronograma fixado para cumprimento do contrato.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO  
**CENTRO DE COMPRAS E CONTRATOS — CCC**



**14.3** Se a não conclusão do contrato decorrer de culpa do CONTRATADO, ele ficará constituído em mora, devendo ser instaurado procedimento de inexecução contratual para a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

**14.4** Na hipótese do item 14.3, o CONTRATANTE poderá optar, ainda, pela extinção do contrato e adotar as medidas previstas em lei para a continuidade da execução do objeto.

### **CLÁUSULA 15 - FISCALIZAÇÃO**

O cumprimento do contrato será fiscalizado pelo servidor **SUB TEN QOPM JOSE MARIA DA COSTA MALCHER**, CPF nº 131.080.262-91, matrícula nº 500158701, lotado na ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR "CEL FONTOURA", conforme ato a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

### **CLÁUSULA 16 - INTERPRETAÇÃO**

As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/20 e observando a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

### **CLÁUSULA 17 - TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS DE INTERESSE**

Observado o disposto na Cláusula 16, permanecendo o conflito de interesse, as PARTES se comprometem a submeter a disputa *preferencialmente* à CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual nº 121/19.

### **CLÁUSULA 18 - DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO**

**18.1** O CONTRATANTE divulgará este contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até **20 dias úteis** e o publicará no Diário Oficial do Estado em forma de extrato, no prazo de **10 dias úteis**.

**18.2** Os prazos contidos no item 18.1 são contados da data da assinatura do contrato.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO  
CENTRO DE COMPRAS E CONTRATOS — CCC



## CLÁUSULA 19 - VIGÊNCIA

**19.1** O contrato terá vigência de **12 meses**, com início a contar da data de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

**19.2** Quando o objeto não for concluído no período acima fixado, o prazo de vigência do contrato será *automaticamente prorrogado*, sem prejuízo da aplicação dos itens 14.3 e 14.4, quando a não conclusão decorrer de culpa do CONTRATADO.

**19.3** Antes da prorrogação da vigência do contrato, o CONTRATANTE deverá verificar a regularidade fiscal do CONTRATADO, consultar o CEIS e o CNEP, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

## CLÁUSULA 20 - FORO

As PARTES elegem o foro da Comarca de Belém-PA para resolver os litígios oriundos deste contrato, observado o disposto na Cláusula 17.

Belém (PA), 13 de Janeiro de 2025

JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR - CEL  
QOPM RG 18.044

**Comandante-Geral da PMPA**

*José Dilson Melo de Souza Jr.*  
Cel PM-RG: 18044  
Cmt Geral da PMPA

JOSÉ AGUINALDO LUZ

**JLZ Suprimentos Eireli**

gub

Documento assinado digitalmente  
MARCOS SANTINO DA SILVA  
Data: 13/01/2025 14:53:03-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Saulo Aluísio M. Sargos Paheco

NOME DA TESTEMUNHA

RG: 7572122

CPF: 020.420.512-33

Bruna Karoline de Alencar L. do Costo.

NOME DA TESTEMUNHA

RG: 43727 PMPA

CPF: 015.300.492-45

**TERMO ADITIVO A CONTRATO****3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2022-SEGUP/PA****Processo Eletrônico: 2021/693961****Exercício: 2025**

Origem: Pregão Eletrônico Nº022/2021-SEGUP

Objeto: A prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, com início a contar de 14/01/2025 e o término em 13/01/2026

Fundamentação Legal: Parecer Jurídico nº 003/2025 - CONJUR

Data da Assinatura: 09/01/2024

Vigência: Início em 14/01/2025 e término em 13/01/2026.

Programação Orçamentaria: 21.101.06.181.1510.8838 - Realização de Missões do Grupamento Aéreo e Fluvial; Fonte 01500000001; Natureza 339039

Contratada: AXIAL AVIAÇÃO LTDA

CNPJ: 03.111.558/0003-02

Endereço: Av São Francisco De Assis, 500, Aeroporto, Lago Santa Helena, CEP: 12916-402, Bragança Paulista/SP.

Ordenador: PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA

**Protocolo: 1157909****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024-SEGUP/PA****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024/193101**

O Secretário Adjunto de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará, no uso de suas atribuições legais resolve ADJUDICAR e HOMOLOGAR o Pregão Eletrônico nº.90005/2024-SEGUP/PA, cujo objeto é Aquisição de Equipamentos de Radiocomunicação digital Protocolo APCO-25 e Acessórios para atender atividade fim da Polícia Militar do Pará, com recurso oriundo do Convênio Nº. 921532/20021 FIRMADO- firmados entre SEGUP/PA E SENASP, para a Empresa: MOTOROLA SOLUTIONS LTDA - CNPJ: 10.652.730/0001-20

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	Rádio transceptor portátil, Marca/ Modelo: Motorola / APX900 Fabricante: Motorola	Und.	1.000	R\$ 3.800,00	R\$ 3.800.000,00
Valor Total					R\$ 3.800.000,00

Valor Total: R\$ 3.800.000,00 (Três milhões e oitocentos mil reais)

Belém, 13 de janeiro de 2025

PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa-SEGUP/PA

**Protocolo: 1157883****CONVÊNIO****TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 005/2023.****Termo Aditivo: 1º.****Data de assinatura: 10/01/2025.**

Justificativa: a prorrogação do prazo de vigência, mediante termo aditivo, por mais 24 (vinte e quatro) meses, conforme previsão na CLAUSULA SEXTA E SÉTIMA do referido instrumento.

Vigência: 10/01/2025 à 09/01/2027.

Partes: SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SEGUP/PA e a SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA DE BELÉM - SEMOB.

Assinaram:

UALAME FIALHO MACHADO - Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social.

GILBERTO NASCIMENTO DE OLIVEIRA - Diretor Superintendente da Superintendência de Mobilidade Urbana de Belém.

**Protocolo: 1157835**

POLICIA MILITAR DO PARÁ

**CONTRATO**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2025 - PMPA;** OBJETO: Aquisição de equipamentos eletrônicos, a fim de viabilizar o funcionamento das atividades acadêmicas dos Cursos de Formação de Oficiais e de Praças da PMPA; O valor total do contrato: R\$ 11.880,00 (onze mil oitocentos e oitenta reais); Data da Assinatura: 13/01/2025; vigência: 12 meses, com início a contar da data de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (pncp); A DESPESA COM ESTE CONTRATO OCORRERÁ: -Gestão/Unidade: 26101 - Polícia Militar do Estado do Pará;- Programa: 1510 - Segurança Pública e Defesa Social; - Elemento de despesa: 44.90.52 - Equipamento e Material Permanente; PI: 1030008833E; - Fonte: 01500000001 (Recursos Ordinários); Empresa: JLZ Suprimentos Eireli; Inscrição no CNPJ sob o nº 33.822.326/0001-53; ORDENADOR: JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR - CEL QOPM RG 18044; Comandante Geral da PMPA.

**Protocolo: 1158058****AVISO DE LICITAÇÃO****AVISO DE LICITAÇÃO****Pregão Eletrônico nº 003/2025 - DL/PMPA. Órgão: POLÍCIA MILITAR DO PARÁ.**

Objeto: Formalização de Ata de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Uniforme Histórico da Academia de Polícia Militar "Cel. Fontoura". Data e hora de abertura: 27/01/2025, às 9h (horário de Brasília).

Local: www.gov.br/compras. Informações: (91) 98409-4158.

Pregoeiro: WENDELL RODRIGUES BARROS - SGT PM RG 38150.

O edital se encontra disponível nos sites: www.compraspara.pa.gov.br e www.gov.br/compras.

Belém-PA, 14 de janeiro de 2025.

MARCELO AMARO DA GAMA - TEN CEL PM RG 29201

Diretor de Licitação

**Protocolo: 1157898****GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ****POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ (PMPA)****SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (SEPLAD) CONCURSO PÚBLICO PARA O INGRESSO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS (CFO)****EDITAL Nº 40 - PMPA CFO/PM, DE 07 DE JANEIRO DE 2025**

A POLÍCIA MILITAR DO PARÁ (PMPA) e a SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (SEPLAD), no uso das suas atribuições legais e em cumprimento a decisões judiciais proferidas nos autos dos Processos nºs 0817455-11.2024.8.14.0301 e 0862785-31.2024.8.14.0301 a TORNAM PÚBLICA a REINTEGRAÇÃO dos candidatos *sub judice* **GLAUBER FERNANDO DA SILVA** e **JONATHAN DOS SANTOS**, inscritos sob os nºs 10006707 e 10000818, no concurso público para Admissão ao Curso de Formação de Oficiais (CFO/PMPA), bem como o **RESULTADO FINAL DA PROVA DISCURSIVA**, a **CONVOCAÇÃO PARA A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA** e a **CONVOCAÇÃO PARA A INVESTIGAÇÃO DE ANTECEDENTES PESSOAIS**, conforme a seguir especificado.

**1 DO RESULTADO FINAL NA PROVA DISCURSIVA**1.1 Resultado final dos *sub judice* candidatos na prova discursiva, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato em ordem alfabética e nota final na prova discursiva.

10006707, GLAUBER FERNANDO DA SILVA, 18.32 / 10000818, JONATHAN DOS SANTOS, 19.44

**2 DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA**2.1 Para a avaliação psicológica, a ser realizada no dia **12 de janeiro de 2024**, os candidatos *sub judice* convocados por meio deste edital deverão observar todas as instruções contidas no item **10** do Edital nº 1 - PMPA CFO/PM, de 19 de setembro de 2023, e suas alterações; no item **3** do Edital nº 8 - PMPA CFO/PM, de 22 de fevereiro de 2024; e neste edital.2.1.1 Os candidatos *sub judice* de que tratam este edital receberão, por meio de *e-mail*, telegrama e (ou) aplicativo de mensagens, informações referentes ao local e ao horário de realização da avaliação psicológica. Os candidatos *sub judice* somente poderão realizar a avaliação psicológica no local e no horário informados pelos meios de comunicação citados neste subitem.**3 DA INVESTIGAÇÃO DE ANTECEDENTES PESSOAIS**3.1 Para a investigação de antecedentes pessoais, os candidatos *sub judice* convocados por meio deste edital deverão observar todas as instruções contidas no item **13** do Edital nº 1 - PMPA CFO/PM, de 19 de setembro de 2023, e suas alterações; no item **4** do Edital nº 8 - PMPA CFO/PM, de 22 de fevereiro de 2024; e neste edital.3.2 Para a investigação de antecedentes pessoais, os candidatos *sub judice* de que tratam este edital deverão, no período **das 10 horas do dia 3 de janeiro de 2025 às 18 horas do dia 11 de janeiro de 2025** (horário oficial de Brasília/DF), preencher a Ficha de Informações Pessoais (FIP), de acordo com o modelo disponibilizado no endereço eletrônico [http://www.cebraspe.org.br/concursos/pm\\_pa\\_23\\_cfo](http://www.cebraspe.org.br/concursos/pm_pa_23_cfo), e enviar, via *upload*, a imagem legível da documentação mencionada no subitem 13.6 do edital de abertura.

3.2.1 O candidato que não enviar qualquer um dos documentos citados no subitem 13.6 do edital de abertura, no prazo disposto no subitem 3.2 deste edital, estará automaticamente eliminado e não terá classificação alguma no concurso.

**JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JUNIOR**

Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Pará

**HANA GHASSAN TUMA**

Secretária de Estado de Planejamento e Administração

**REPUBLICADO POR TER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO DIÁRIO OFICIAL Nº 36.094, DE 10/01/2025****Protocolo: 1158071**

FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR

**CONTRATO****CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2025 - FUNSAU**

Objeto: Fornecimento de Licença de Software Corporativo de Videoconferência.

Data da Assinatura: 13/01/2025

Vigência: 13/01/2025 a 12/01/2026

Fontes: 01759000050 (Recurso Próprio) 02759000050 (Recurso Pró-

Última atualização 14/01/2025

**Local:** Belém/PA **Órgão:** POLICIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ **Unidade executora:** 925809 - EPA - POLÍCIA MILITAR DO PARÁ

**Tipo:** Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 2023/1448005 **Categoria do processo:** Compras

**Data de divulgação no PNCP:** 14/01/2025 **Data de assinatura:** 13/01/2025 **Vigência:** de 14/01/2025 a 13/01/2026

**Id contrato PNCP:** 05054994000142-2-000001/2025 **Fonte:** Compras.gov.br **Id contratação PNCP:** [05054861000176-1-000955/2024](#)

**Objeto:**

Aquisição de equipamentos eletrônicos, a fim de viabilizar o funcionamento das atividades acadêmicas dos cursos de formação de oficiais e de praças da PMPA (Impressora multifuncional)

**VALOR CONTRATADO**  
R\$ 11.880,00

**FORNECEDOR:**

**Tipo:** Pessoa jurídica **CNPJ/CPF:** 33.822.326/0001-53 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

**Nome/Razão social:** JLZ SUPRIMENTOS LTDA